

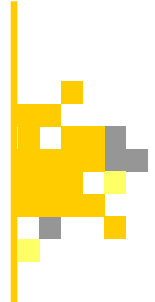
ARTIGOS DOSSIÊ

Gerbson da Silva Lima ^I

Kalina Vanderlei Silva ^{II}

Inventando as mulheres negras no ciberespaço: entre os algoritmos e o contar de si

Inventing black women in cyberspace:
between algorithms and self-telling



RESUMO:



Este artigo propõe debater a complexa dinâmica da presença das mulheres negras no ciberespaço, analisando como as plataformas digitais e seus algoritmos influenciam suas representações e experiências. Embora as redes sociais ofereçam oportunidades valiosas para autoexpressão e ativismo, essas mulheres ainda enfrentam desafios significativos, como sub-representação, perpetuação de estereótipos racistas e sexistas e violência digital. Por meio de análise crítica de estudos de caso e exemplos contemporâneos, este trabalho demonstra que as estruturas algorítmicas das plataformas não apenas refletem, mas também amplificam as desigualdades sociais existentes. Contudo, o ciberativismo pode funcionar como poderosa ferramenta de resistência e ressignificação, permitindo a construção de narrativas autênticas e emancipatórias para as mulheres negras.



Palavras-chave: Mulheres negras; Ciberespaço; Algoritmos; Ciberativismo; Racismo

ABSTRACT:

This article aims to discuss the complex dynamics of black women's presence in cyberspace, analyzing how digital platforms and their algorithms influence their representations and experiences. While social media offers valuable opportunities for self-expression and activism, these women still face significant challenges, such as underrepresentation, perpetuation of racist and sexist stereotypes, and digital violence. Through critical analysis of case studies and contemporary examples, this work demonstrates that the algorithmic structures of platforms not only reflect but also amplify existing social inequalities. However, cyberactivism can function as a powerful tool of resistance and resignification, enabling the construction of authentic and emancipatory narratives for black women.

Keywords: Black women; Cyberspace; Algorithms; Cyberactivism; Racism

^I Mestre em Hebiatria pela Universidade de Pernambuco; Doutorando, Universidade de Pernambuco , Recife, PE, Brasil.
gerbson.slima@upe.br,  <https://orcid.org/0000-0001-5991-311X>

^{II} Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Professora, Universidade de Pernambuco , Recife, PE, Brasil.
kalina.silva@upe.br,  <https://orcid.org/0000-0002-8370-1894>

INTRODUÇÃO

O ciberespaço tem se revelado como espaço complexo de disputas, onde as identidades são continuamente moldadas, contestadas e redefinidas (Santaella, 2007). Nesse contexto, as mídias sociais, incluindo as redes sociais mais populares no Brasil, como WhatsApp, YouTube, Instagram, Facebook e TikTok (Datareportal, 2023), funcionam como canais de expressão das identidades contemporâneas, influenciando diretamente os relacionamentos pessoais e a construção de valores culturais (Campanella, 2019). Essas tecnologias de comunicação oferecem aos usuários a oportunidade de compartilhar suas perspectivas e discutir questões com outras pessoas que vivenciam experiências semelhantes em redes moduladas por questões sociais e culturais presentes nos espaços físicos (Rosa; Islas, 2009). Contudo, as representações e autoexpressões não são uniformes para todos os grupos presentes no ciberespaço, como é o caso das mulheres negras.

Para tanto, na análise das dinâmicas simbólicas e sociais que estruturam as relações de poder em contextos demarcados por desigualdades raciais, sociais e de gênero, faz-se necessária a apresentação de conceitos como discurso, representação e identidade.

Na perspectiva de Michel Foucault (1996), o discurso pode ser compreendido como conjun-

to de enunciados que produzem saberes e regulam práticas sociais, delimitando o que pode ser dito, pensado e realizado em determinados contextos históricos. No campo tecnológico, discursos como os de "excelência", "aptidão técnica" e "inovação" funcionam como dispositivos de poder que atribuem legitimidade e competência a certos sujeitos, comumente homens brancos, enquanto posicionam outros, como mulheres negras, à margem desses espaços de reconhecimento. A recorrente afirmação de que elas "precisam aprender a programar" - que será explicada neste trabalho - , por exemplo, aparenta promover inclusão, mas na prática reforça uma lógica de déficit. Tal discurso desloca a responsabilidade das exclusões estruturais para o indivíduo, desconsiderando as barreiras históricas e sociais que limitam seu acesso e permanência nas áreas tecnológicas.

Nesse sentido, os discursos são atravessados por representações, compreendidas, conforme Stuart Hall (2000), como práticas discursivas que produzem significados sobre os sujeitos e o mundo social ao qual pertencem. Essas representações não espelham uma realidade objetiva, mas são construídas a partir de visões de mundo ideologicamente situadas, que moldam o que é reconhecido como legítimo ou verdadeiro em determinados contextos. Ainda de acordo com Hall (2000), a identidade deve ser entendida como construção

social, relacional e histórica, formada por meio de discursos e representações culturais. A partir dessa perspectiva, a concepção hegemônica de uma "identidade tecnológica" associada à branquitude e à masculinidade atua como mecanismo de exclusão simbólica, que marginaliza mulheres negras no campo digital ao invisibilizar suas experiências, saberes e formas de agência.

Por isso, torna-se importante reconhecer que a participação das mulheres negras no campo digital vai além das interações comunicativas e envolve uma busca por visibilidade e reconhecimento. Não se pode negar, contudo, que existem desafios significativos (Malta; Oliveira, 2016), já que tanto nas mídias em geral quanto nas redes sociais não há uma lógica estabelecida para tratamento inclusivo e preciso. Na verdade, existem práticas discursivas extremamente prejudiciais e limitadoras, nas quais essas mulheres são frequentemente infantilizadas e sexualizadas (Collins, 2019; Moreira, 2019).

Para a socióloga Ruha Benjamin (2019), isso se deve ao fato de que as estruturas das tecnologias emergentes têm escondido, acelerado ou reforçado o racismo. Além disso, é importante compreender que a própria noção de raça foi concebida para separar, estratificar e naturalizar as diversas formas de injustiças vividas pelos grupos racializados. Tal situação é enfatizada pela existência, nas plataformas, de operadores algorítmicos

logicamente arquitetados por humanos, que configuram esses espaços para a reprodução do racismo, sexismo e diversas outras formas de discriminação (Noble, 2018).

Assim, evidencia-se que as tecnologias e suas técnicas desembocam no que Sueli Carneiro (2006 apud Ratts, 2006, p. 12) denomina como processos de "inviabilização e silenciamento do pensamento negro, os quais têm consistido numa das formas mais eficazes para a permanência e reprodução da alienação cultural e postergamento da emergência e florescimento do pensamento crítico negro".

Diante desse panorama, o objetivo central deste estudo é evidenciar o ciberespaço como local de construção e disputa de identidades, com ênfase na representatividade das mulheres negras. Para tanto, propõe-se uma abordagem crítica dos impactos das tecnologias digitais na reprodução e contestação de estereótipos, contribuindo para o debate acerca dos desafios e conquistas dessas mulheres no ambiente digital.

Considerando a complexidade das dinâmicas estruturais e simbólicas que envolvem as representações das mulheres negras nestes espaços, reconhece-se a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico que busque fortalecer os argumentos aqui apresentados. A abordagem crítica deste estudo fundamenta-se em articulação entre autores-chave dos campos dos estudos cul-

turais, da sociologia, da tecnologia e do feminismo negro, como Foucault (1996), Hall (2000), Gonzalez (2020), Collins (2019), Benjamin (2019) e Noble (2018), cujas contribuições permitem compreender a constituição das identidades de forma relacional e interseccional, a partir dos discursos, das representações e dos dispositivos de poder que estruturam as tecnologias contemporâneas.

Dessa forma, com base em ampla pesquisa bibliográfica e no uso da netnografia, metodologia que, segundo Kozinets (2014), adapta os procedimentos etnográficos tradicionais da observação participante às especificidades das comunidades online e suas interações mediadas por tecnologias digitais, este estudo busca analisar os movimentos em rede, tanto favoráveis quanto contrários às mulheres negras, no período de abril a setembro de 2024, com revisões complementares realizadas em junho de 2025.

Assim sendo, foram selecionadas três plataformas que oferecem perspectivas complementares sobre o tema. A Netflix foi incluída por permitir a análise dos avatares representativos dos usuários do serviço. Já o Instagram se mostrou essencial por concentrar muito do ativismo contemporâneo dessas mulheres, onde é possível observar campanhas de apoio e episódios de resistência organizados em torno das postagens. O X (antigo Twitter), diferentemente das outras duas plataformas, funciona co-

mo termômetro dos debates mais intensos e imediatos, onde movimentos virais ganham força rapidamente. Essa combinação permitiu, seguindo os métodos netnográficos de Kozinets (2014), mapear tanto as estratégias de resistência quanto os mecanismos de silenciamento que existem no espaço digital atual.

A delimitação temporal e o recorte das plataformas analisadas constituíram elementos centrais para a consistência da investigação, assim como a triangulação com fontes bibliográficas e documentais, que fundamentaram a análise crítica. Por fim, busca-se, assim, ir além de abordagens meramente descritivas ou normativas, propondo uma leitura interseccional e situada das desigualdades digitais.

PELE NEGRA, ALGORITMOS BRANCOS

Inspirada no título da icônica obra de Frantz Fanon (2008), "Pele Negra, Máscaras Brancas", essa analogia sugere que, embora os algoritmos aparentem neutralidade e objetividade em sua estrutura, na realidade refletem as "máscaras" dos valores, preconceitos e ideologias de seus criadores. Isso evidencia que os "donos do jogo" no Ocidente são, em sua maioria, homens brancos e estadunidenses, como Mark Zuckerberg, Tim Cook, Jeff Bezos e Elon Musk, que, inclusive, não hesitaram em apoiar Donald Trump durante sua posse

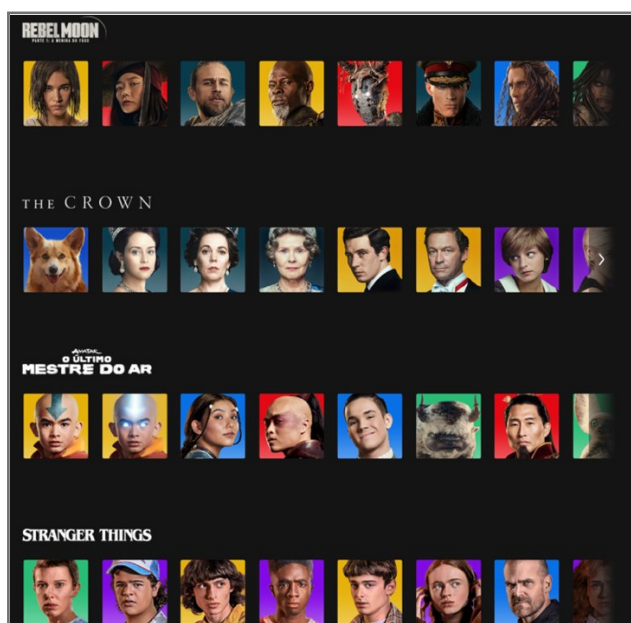
como presidente dos Estados Unidos, em janeiro de 2025, marcada por discurso controverso (Época Negócios, 2025).

Dentro das plataformas digitais há nuances frequentemente negligenciadas pelos/as usuários/as habituais, como o caso dos avatares, que os/as representam imagetivamente no ambiente online. De acordo com Yee e Bailenson (2007), ao escolhermos nossas imagens em ambientes virtuais, essas representações influenciam nossos comportamentos. É notório que, embora esses espaços possam oferecer oportunidades de autoexpressão para pessoas negras, observa-se uma franca valorização da estética embranquecida e ocidental. Por outro lado, o ciberfeminismo pode promover abordagens diversificadas para questões de sexualidade, gênero e raça, confrontando as suposições utópicas de um estado "pós-corpo" no ciberespaço, onde essas categorias perderiam relevância. Contudo, elas permanecem significativas e em constante transformação, sem serem aniquiladas (Nakamura, 2013).

Um exemplo disso pode ser observado na plataforma de *streaming* Netflix, serviço online que possibilita o acesso e consumo de conteúdo audiovisual sem a necessidade de armazenamento em dispositivos. Na Netflix, os usuários têm a opção de escolher um avatar representativo para seus perfis. Contudo, em abril de 2024, durante o mapeamento netnográfico deste estudo, verificou-

se que nas quatro primeiras opções de avatares disponíveis, em um perfil sem histórico de buscas, dentre as 28 possibilidades oferecidas, não havia nenhuma representação de mulher negra com cabelos crespos (Netflix, 2024a).

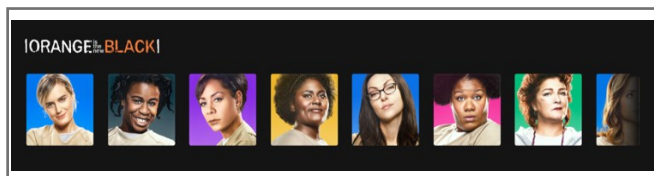
Figura 1 – Seleção de avatar na plataforma Netflix



Fonte: Netflix (2024a)

Apenas na 21ª linha de opções encontrava-se a representação de uma mulher negra, com personagens da série *Orange is the New Black*, que se passa em uma prisão feminina (Netflix, 2024b). Essa constatação evidencia a persistência da sub-representação de pessoas negras e a preferência por padrões estéticos ocidentais em ambientes digitais, além de revelar uma nítida associação das questões raciais à criminalidade.

Figura 2 - Seleção de avatar na plataforma Netflix
(b)



Fonte: Netflix (2024b)

Em junho de 2025, uma nova busca realizada demonstrou que as possibilidades de ajustes, das primeiras quatro linhas, permaneceram praticamente inalteradas, conforme pode ser verificado na imagem a seguir:

Figura 3 - Seleção de avatar na plataforma Netflix
(c)



Fonte: Netflix (2025c)

Sobre as imagens apresentadas, é importante ressaltar que plataformas que se beneficiam do marketing personalizado, como a Netflix, não necessitam questionar os espectadores sobre sua raça, pois utilizam históricos de visualizações e pesquisas anteriores para prever quem será atraído por cartazes de filmes com elencos diversos.

Assim, o reconhecimento econômico continua se fortalecendo como um substituto pronto, porém inadequado, para as representações políticas e de poder social. O que se observa, portanto, é um modelo de cidadania que pressupõe que o valor das pessoas depende de sua menor ou maior capacidade econômica e, na era digital, esse valor é mensurado pela capacidade de navegar, clicar e comprar. Sob outra perspectiva, esse contexto ajuda a compreender a discriminação e desconfiança em relação às pessoas que optam por não mediar suas vidas por meio de tecnologias, pois o modo analógico é visto como antissocial, e aqueles que se afastam do digital são frequentemente acusados de "ter algo a esconder" (Benjamin, 2019).

Tarcízio Silva (2019) observou que as buscas e indexações em rede tendem a prejudicar as pessoas negras, a partir do momento em que são estabelecidas duas lógicas problemáticas: o reforço de comportamentos racistas por meio das "descobertas" online e a ocultação de discussões e atitudes discriminatórias. Isso significa que os algoritmos têm operado mediante práticas de microagressões que afetam a vida e, particularmente, a saúde mental dessas pessoas.

Se o discurso disseminado é de que os algoritmos são essencialmente objetivos e neutros, por trás de sua formatação, os tomadores de decisões podem possuir ideais capciosos de meritocracia e exaltar posturas racistas e sexistas. Um exemplo

disso foi o manifesto "antidiversidade" de James Damore que se tornou viral no Google em agosto de 2017, no qual argumentava que mulheres são psicologicamente inferiores e incapazes de ser engenheiras de software tão boas quanto os homens (Noble, 2018). Ao considerar pessoas não brancas como tecnologicamente inaptas, o campo da tecnologia continua hegemônico por sujeitos brancos, propagando um discurso segundo o qual "meninas negras precisam aprender a programar", o que serve como uma desculpa para não lidar com a persistente marginalização de mulheres negras no Vale do Silício (p. 126).

Tentando combater essa estrutura, as cientistas da computação Joy Buolamwini e Timnit Gebru (2018), mulheres negras, investigaram como os sistemas algorítmicos de reconhecimento facial interpretavam as pessoas com base em critérios de cor de pele e gênero. Ao avaliarem três sistemas comerciais de classificação, descobriram que a taxa de erro para homens de pele mais clara era de 0,8%, enquanto para mulheres de pele mais escura chegava a 34,7%. Essa constatação das cientistas estadunidenses encontra reflexos na prática brasileira: um ano após o Brasil estrear o uso dessa tecnologia nas vias públicas, em 2018, com fins de monitoramento de segurança em cinco estados, verificou-se que 90,5% dos casos de prisões e abordagens policiais com o uso do reconheci-

mento facial foram contra pessoas negras (Kremer; Nunes; Lima, 2023).

Em outro episódio, o Governo do Estado da Bahia, em processo licitatório do Projeto de Vídeo-Polícia Expansão (Processo nº 020.4520.2019.0002787-24), exigiu que os sistemas de análise de vídeo contratados tivessem a capacidade de "identificar o sexo, o grupo etário, o estilo do cabelo, o estilo inferior, a bolsa e a mochila das pessoas" (Governo do Estado da Bahia, 2019). Ou seja, ao serem treinados por homens brancos, esses algoritmos apresentam pouca e desbalanceada representação dos grupos minorizados, em particular homens e mulheres negras. No Estado do Rio de Janeiro, entre 2012 e 2020, 80% das prisões irregulares com reconhecimento facial foram contra pessoas negras (Sampaio, 2022).

Ainda sobre o racismo algorítmico, em 5 de setembro de 2024, a plataforma Instagram, de propriedade da empresa Meta, apresentou um "erro" que associava a pesquisa pelo termo "negra", em língua portuguesa, na aba de pesquisa da própria rede social, à venda de drogas ilícitas. A associação indevida gerou ampla repercussão negativa em diversos perfis da plataforma, especialmente aqueles voltados ao debate racial e à denúncia de discriminações algorítmicas. No mesmo dia do ocorrido, a empresa alterou os parâmetros de busca, e os resultados deixaram de vincular

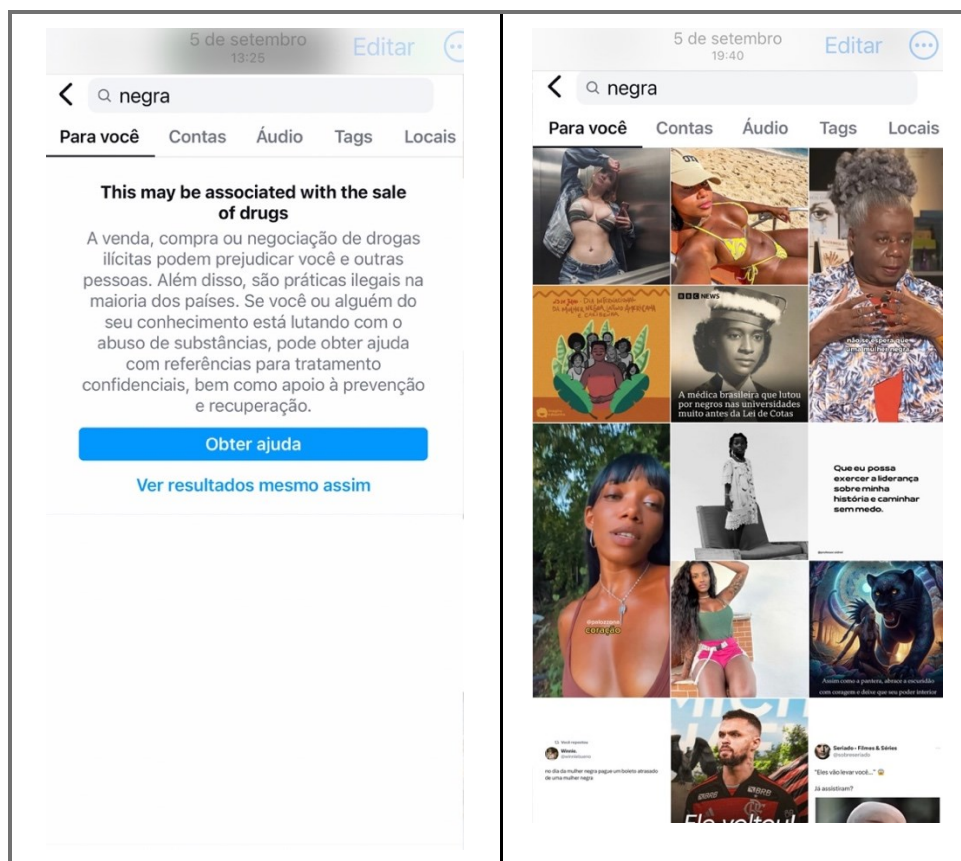
o termo à criminalidade. As imagens a seguir, Figura 4, registram esse contraste, capturadas imediatamente antes e depois da atualização realizada pela plataforma.

Em relação aos anúncios online, estes também são direcionados a partir de características sociodemográficas, principalmente critérios geográficos e raciais, moldando os perfis dos usuários com base nos resultados de buscas anteriores e acessos rastreáveis em páginas e anúncios (Noble, 2018). Esse processo se relaciona diretamente com o racismo ambiental, pois também abrange o território de vivência dessas pessoas e,

como resultado do cruzamento entre território, gênero e raça, obtém-se um conjunto de mensagens e anúncios relacionados aos estereótipos raciais, como aqueles associados à criminalidade, pobreza e hipersexualização.

Ainda em relação à questão geográfica, o bairro de residência pode ser usado como um indicador indireto de raça, permitindo categorizar candidatos sem mencionar explicitamente essa característica. Assim, por meio de uma combinação de preferências musicais, atividades "curtidas" no Facebook e a rede de amigos de um indivíduo, é possível prever com precisão o perfil do usuário. Com

Figura 4 – Print de tela do aplicativo do Instagram



Fonte: Autores (2024)

essas informações em mãos, programadores podem empregar esses dados tanto para promover discriminações quanto para desenvolver futuros modelos de classificação (Barocas; Selbst, 2016).

Em tudo isso, além de perpetuar padrões segregatórios, a estrutura dos algoritmos influencia o tipo e a qualidade da informação apresentada. Tal situação ocorre porque, ao repetir os mesmos parâmetros de navegação, há um reforço dos padrões de consumo já estabelecidos, limitando a exposição a perspectivas alternativas e diversificadas. Segundo Gillespie (2014), isso se deve ao entrelaçamento de resultados (como as atualizações de status e atividades de amigos apresentadas no feed, recomendações de links e amigos ativos no site), elementos estruturais (ferramentas para atualizações de status, links para grupos e páginas) e elementos inseridos com base em relações de patrocínio (banners, aplicativos de terceiros). Portanto, o mapeamento desse quadro complexo requer um entendimento profundo das relações econômicas e dos pressupostos sociais que representa.

Neste cenário, as mulheres negras enfrentam não apenas o assédio comum às outras mulheres, mas também uma sub-representação que busca excluí-las, invisibilizá-las e alienar suas possibilidades de ocupação no território digital (Mata, 2006). Assim, são reeditadas as lógicas e os cruzamentos interseccionais de origem colonial que visam tão somente ao apagamento das suas trajetórias

em prol da manutenção de uma identidade nacional embranquecida (Gonzalez, 2020; Trindade, 2018). Além de enfrentar as intrincadas estruturas das plataformas online, mulheres ativistas também têm que lidar com a violência digital, muitas vezes anônima, dirigida contra elas. Essas agressões sistemáticas não só dificultam a disseminação de suas mensagens e causas, mas também têm o potencial de silenciar suas vozes.

A proteção do anonimato online, embora possa ser uma ferramenta válida para a liberdade de expressão, acaba permitindo que indivíduos repliquem discursos de ódio, assédio e perseguição sem enfrentar as consequências de suas ações. Esses agressores, em sua maioria homens brancos, atuam deliberadamente para assediar e perpetrar outras formas de violência digital. Suas ações não apenas refletem as desigualdades e interseccionalidades já existentes na sociedade, mas também as amplificam, sendo revelador que 81% das vítimas de racismo no Facebook entre 2012 e 2016 eram mulheres negras com idades entre 20 e 35 anos (Trindade, 2018). Ainda de acordo com Trindade (2018), essas práticas sistemáticas de violência digital têm o objetivo de desacreditar e desencorajar o ciberativismo dessas mulheres. Assim, as plataformas digitais podem se tornar versões modernas dos pelourinhos, lugares de exposição e punição pública, refletindo as persistentes estruturas de opressão de nossa sociedade.

Este fenômeno de violência digital relaciona-se com o cyberbullying. A prática envolve ações deliberadas e hostis direcionadas a indivíduos ou grupos, frequentemente utilizando plataformas de redes sociais para disseminar conteúdo agressivo com o intuito de causar dano ou desconforto. É comum que essas ações sejam sustentadas por uma dinâmica triádica envolvendo perpetradores, vítimas e espectadores, conforme apontam Sahaana e Anilkumar (2023). Contudo, é importante ressaltar que as práticas racistas na internet não devem ser definidas ou reduzidas a esta perspectiva, o que significaria incorrer no erro de apagar as especificidades do racismo, generalizando-as em um grande grupo de opressões indistintas.

No tocante às problemáticas anteriormente discutidas, torna-se relevante refletir sobre a vitimização predominantemente atribuída a mulheres brancas, magras e cisgênero, em contraposição à sub-representação de mulheres negras nos casos de violência e violação da intimidade através de conteúdos digitais. Em pesquisa netnográfica realizada por Paz e Silva (2021) em um grupo da plataforma Facebook, as autoras identificaram que todos os relatos de exposição não consensual de imagens íntimas diziam respeito a mulheres brancas, não havendo qualquer menção a adolescentes ou jovens negras entre as vítimas.

Apesar de tais crimes ocorrerem de forma difusa na contemporaneidade digital, o levanta-

mento realizado evidencia que as vítimas mencionadas nesse espaço específico eram, em sua maioria, jovens brancas e com corpos magros. Esse recorte aponta não apenas para a persistência da opressão de gênero nos ambientes digitais, mas também para a atuação simultânea do racismo estrutural e da pressão estética patriarcal, que reforçam dinâmicas de exclusão e invisibilização de determinados corpos.

A ausência de relatos envolvendo mulheres negras nos dados analisados sugere um processo de invisibilização marcado por fatores interseccionais, como os estereótipos racializados, a desigualdade na representação midiática e a normatização de padrões estéticos eurocêtricos (Paz; Silva, 2021). Embora a pesquisa não se debruce sobre as causas dessa ausência, é necessário refletir que tal fenômeno pode estar relacionado à naturalização da violência dirigida a corpos negros ou à limitação de acesso a canais de denúncia e visibilidade por parte dessas jovens.

Mas é importante ter em vista que as experiências femininas e feministas negras não são marcadas apenas por insucesso diante do quadro repressivo a que são expostas. Contrapondo-se às tentativas de silenciá-las, essas mulheres têm utilizado o ciberativismo como meio de reconstruir espaços autobiográficos tradicionalmente dominados por discursos masculinistas. Dessa forma, espaços digitais como blogs (Rago, 2013), além de

outras redes sociais, plataformas e formatos como vídeos de streaming e podcasts, tornam-se ferramentas poderosas para que as mulheres compartilhem suas histórias, escrevam sobre si mesmas e reinventem suas subjetividades.

NARRATIVAS DIGITAIS: O CIBERATIVISMO NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO DIGITAL EM FERRAMENTA DE LUTA E VISIBILIDADE PARA MULHERES NEGRAS

Nas redes sociais digitais, contrariando narrativas vitimizantes, as mulheres negras têm subvertido plataformas inicialmente hostis, transformando-as em ferramentas de empoderamento coletivo, construção identitária e mobilização política que transcendem fronteiras geográficas.

Em um estudo conduzido por Sobande (2020) com mulheres negras na Grã-Bretanha sobre seus hábitos e interações digitais, foi observado que o Facebook, o YouTube, o Twitter e o Instagram eram canais pelos quais elas aprendiam sobre a vida de seus semelhantes e discutiam experiências online com outras pessoas negras dos Estados Unidos. Em outras palavras, entender as formas de negritude digital requer atravessar fronteiras, enquanto se reconhece que todos esses espa-

ços são moldados pela dinâmica entre (in)visibilidade e hipervisibilidade.

Ao refletir sobre as narrativas pessoais, figuras icônicas como Audre Lorde (1980) e bell hooks (2019) sempre ressaltaram a escrita como uma ferramenta de resistência e empoderamento para as mulheres negras. Mesmo em uma era anterior à digitalização, o exemplo de Audre Lorde em "The Cancer Journals" oferece perspectivas valiosas para destacar as vozes e a agência das mulheres a partir de suas autorreferências. Lorde afirma:

“como mulheres, fomos criadas para temer. Se eu não posso banir o medo completamente, posso aprender a contar menos com ele. Pois então o medo não se torna um tirano contra o qual desperdiço minha energia lutando, mas um companheiro, não particularmente desejável, mas alguém cujo conhecimento pode ser útil” (Lorde, 1980, p. 15).

Assim, embora o ambiente online contenha nuances racistas (Trindade, 2018), não se pode ignorar os espaços emergentes de contestação e construção de suas histórias (Santos, 2018), nos quais suas narrativas em primeira pessoa têm o poder de deslocar o lugar da mulher negra de objeto de estudo para protagonista de sua própria trajetória. Nesse contexto, também se destaca a valorização da intelectualidade de mulheres não formalmente reconhecidas como pensadoras

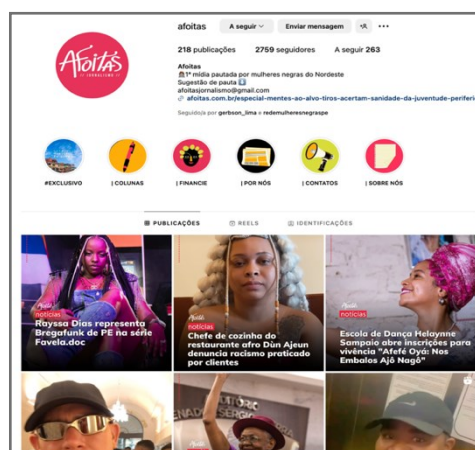
(Xavier, 2019), com coletivos femininos utilizando blogs e redes sociais para promover novas formas de expressão, buscando a unidade e celebração de suas biografias, incluindo a ancestralidade e a reivindicação de seus territórios, tanto físicos quanto subjetivos.

Nessas redes, são abordados não apenas conteúdos textuais e narrativos, mas também representações visuais, proporcionando um espaço para discutir questões que impactam profundamente a vida das mulheres negras (Gonzalez, 2020; Collins, 2019; Rago, 2013; Noble, 2018). Em diversos canais digitais, observa-se uma busca pelo agenciamento de imagens autênticas que celebram as mulheres negras, ao mesmo tempo em que desafiam e contestam as imagens de controle historicamente impostas (Collins, 2019).

Se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos o ambiente digital tem se mostrado uma importante ferramenta de articulação para as populações negras, no Brasil observa-se um movimento semelhante, com ativistas negras ocupando de forma estratégica as redes sociais digitais. Para exemplificar essa presença, destacam-se aqui alguns coletivos do Estado de Pernambuco, cuja atuação no Instagram tem sido particularmente significativa. A seleção dos perfis apresentados foi realizada a partir das publicações da Articulação Negra de Pernambuco (@articulacaonegrape), identificada como um nó central de mobilização digital no Estado.

A partir desse ponto inicial, utilizou-se a metodologia da bola de neve, que consistiu em mapear conexões e menções para localizar outros perfis relevantes na temática. Algumas iniciativas notáveis identificadas nesse processo incluem a Rede de Mulheres Negras de PE (@redemulheresnegraspe), o Slam das Minas PE (@slamdasmnaspe) e Afoitas Jornalismo (@afoitas). Todos esses coletivos possuem presença ativa no Instagram, rede social onde concentram suas postagens, campanhas e mobilizações, embora também mantenham atuação em outras plataformas digitais. Os critérios de seleção para inclusão no mapeamento envolveram: atuação pública no debate sobre questões raciais e produção regular de conteúdo voltado aos direitos da população negra.

Figura 5 - Perfil no Instagram do Afoitas



Fonte: <https://www.instagram.com/afoitas/?hl=pt> (2025)

No cenário da cidade do Recife (PE), mulheres negras, como Bennê Oliveira

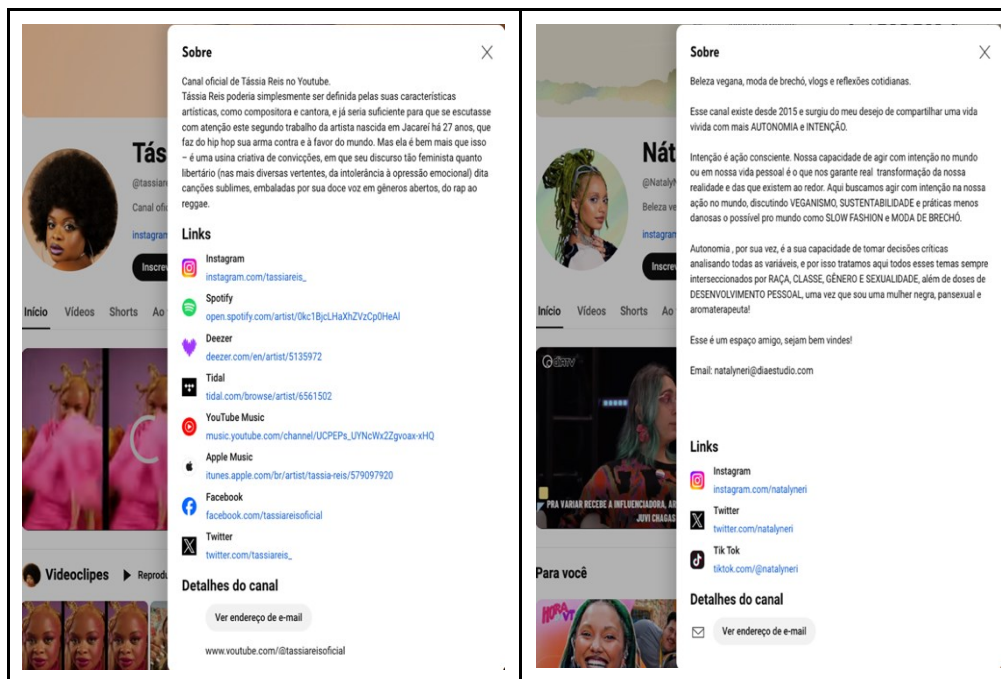
(@leve.mente.insana), com cerca de 31 mil seguidores, e Nathália Ferreira (Nathê), com aproximadamente 10 mil seguidores, são reconhecidos destaques no Instagram. Além desta rede social, outras plataformas como YouTube e podcasts disponíveis em aplicativos como Spotify, Apple Music e Deezer têm se tornado alternativas valiosas para a disseminação de conteúdos criados por mulheres negras.

Influenciadoras, conhecidas nacionalmente, como Nátaly Neri (660 mil seguidores no Instagram) e artistas como Tássia Reis (660 mil seguidores no Instagram), Figura 6, utilizam esses múltiplos canais para divulgar seus trabalhos e compartilhar suas rotinas, ampliando o alcance de suas

mensagens e fortalecendo a representatividade negra no ambiente digital.

Coletivos de mulheres e influenciadoras digitais têm abordado uma ampla gama de questões fundamentais em seus perfis nas redes sociais. Entre os temas centrais estão feminismo negro, arte, estética, autocuidado, representações midiáticas e saúde mental, todos de grande relevância para mulheres negras, conforme evidenciado nos conteúdos publicados nessas plataformas. Por meio dessa diversidade de canais digitais, essas vozes oferecem conteúdos simultaneamente acessíveis e envolventes para suas seguidoras, ampliando significativamente sua presença e influência no espaço digital (Silva, 2020; Gräve, 2019).

Figura 6 – Perfis no Youtube de Nátaly Neri e Tássia Reis



Fonte: <https://www.youtube.com/@NatalyNeri>; <https://www.youtube.com/@tassiareisoficial> (2025)

Diversas tecnologias têm sido empregadas como ferramentas para intensificar os debates promovidos pelas ciberativistas negras. Entre essas estratégias, as hashtags (representadas pelo símbolo da cerquilha: #) constituem uma expressão dinâmica das relações da diáspora negra. Mais do que simples formas de sociabilidade, coletividade ou comunidade, essas hashtags são viabilizadas por tais dinâmicas (Sobande, 2020).

Esses espaços digitais têm impulsionado a formação de uma agenda no ativismo digital, destacando-se como força influente na promoção da justiça social protagonizada por mulheres negras. Contudo, observa-se que, em 2025, essa ferramenta está entrando em processo de desuso tanto no Facebook quanto no Instagram. Em outras plataformas, como X e TikTok, tornou-se mais comum a busca por termos-chave sem o uso obrigatório da hashtag (#).

Contudo, o movimento #BlackLivesMatter constitui um exemplo poderoso de ativismo digital liderado por mulheres negras. Fundado por Patrisse Cullors, Alicia Garza e Opal Tometi em 2013, a iniciativa ganhou proeminência global após o assassinato de Trayvon Martin em 2012 e foi intensificada após as mortes de Breonna Taylor e George Floyd em 2020 (Sandoval, 2020). Com a presença marcante dessas mulheres, o movimento transcende a denúncia da brutalidade policial e do racismo sistêmico, abordando também questões in-

terseccionais como violência de gênero e desigualdades socioeconômicas, conforme evidenciado na publicação a seguir:

Figura 7 – Postagem do perfil Black Lives Matter na rede social X



Fonte: perfil do Black Lives Matter na rede social “X” (2024)¹

A campanha #SayHerName, lançada em dezembro de 2014 pelo Fórum de Políticas Afro-Americanas (AAPF) e pelo Centro de Interseccionalidade e Estudos de Política Social (CISPS), objetiva destacar e honrar as histórias e nomes frequentemente esquecidos de mulheres e meninas negras vítimas da violência policial racista. A iniciativa busca não apenas aumentar a conscientização sobre essas tragédias, mas também oferecer apoio

às famílias das vítimas, cujas histórias são frequentemente negligenciadas pela mídia e pela sociedade (The African American Policy Forum, s.d.).

As hashtags possuem singular poder de conectividade e amplificação de mensagens, mesmo quando originadas em contextos locais. Quando outras comunidades se identificam com uma causa, sua capacidade de disseminação ou "viralização" é significativamente ampliada. Um exemplo emblemático dessa capacidade de alcance global é a hashtag #MeToo, idealizada pela ativista negra estadunidense Tarana Burke, que criou o movimento para conscientizar sobre as condições das vítimas de violência sexual. A iniciativa de Burke ganhou notoriedade internacional e, no Brasil, tem servido como ferramenta vital para que vítimas de violência sexual rompam o silêncio e encontrem apoio (Me Too Brasil, 2024). Esse exemplo demonstra como as hashtags podem transcender fronteiras e mobilizar pessoas ao redor do mundo em torno de causas importantes.

No Brasil, o movimento #EleNão, embora não tenha as questões raciais como foco central, exemplifica o poder mobilizador das redes sociais em torno de causas políticas e sociais, demonstrando estratégias digitais posteriormente adotadas por diversos movimentos, incluindo aqueles liderados por mulheres negras. Liderado por mulheres e ativistas digitais, o movimento emergiu como resposta contundente às declarações e pos-

turas do então candidato presidencial Jair Bolsonaro, em 2018. Originado do grupo no Facebook "Mulheres Unidas Contra Bolsonaro", a campanha tornou-se um símbolo de resistência e oposição a ideias e comportamentos considerados discriminatórios e prejudiciais. As preocupações com machismo, racismo e homofobia foram centrais para mobilizar parcela significativa da população brasileira em protesto. O movimento #EleNão não apenas demonstrou a capacidade das redes sociais de amplificar vozes dissidentes, mas também evidenciou estratégias de mobilização digital que influenciaram posteriores movimentos de justiça social no país (Pires; Castro, 2020; Caldas-Coulthard, 2023).

Um exemplo significativo de mobilização política autônoma das mulheres negras no Brasil é o #JulhodasPretas, iniciativa criada em 2013 pelo Odara – Instituto da Mulher Negra. Trata-se de uma articulação nacional de incidência política que visa fortalecer a organização coletiva e a atuação das mulheres negras em diferentes territórios do país. A ação tem como referência o 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, e consolidou-se como marco político e simbólico que evidencia a centralidade das vivências, saberes e lutas das mulheres negras brasileiras. Por meio de atividades como debates públicos, intervenções culturais, produção de conteúdo e ocupação de espaços institucionais,

o #JulhodasPretas promove visibilidade e protagonismo político (Instituto Odara, 2025).

Diante do exposto, embora as redes sociais sejam amplamente reconhecidas como espaços de opressão, as mulheres negras têm buscado caminhos alternativos e subvertido o establishment branco que domina os algoritmos e as estruturas de poder nos ambientes digitais. Além disso, essas mulheres, ao não se conformarem com representações marginalizantes e distorcidas que lhes são impostas, passam a reafirmar e entrelaçar seus conhecimentos e lutas nas plataformas digitais, utilizando-as como estratégia para construir narrativas autênticas sobre suas questões raciais, sociais e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões apresentadas, observa-se que, apesar dos avanços alcançados pelas mulheres negras nas redes sociais e no ativismo online, problemas como assédio virtual, desinformação e vigilância digital ainda constituem importantes desafios a serem superados. De forma mais ampla, as redes sociais, como o Instagram, têm se configurado como espaços desiguais de embate, onde jovens negras são sistematicamente atacadas em suas existências. A narrativa de si nos espaços online é estruturalmente demarcada e organizada pela interseccionalidade, o que tem limitado as

possibilidades de performatividade digital (Lima *et al.*, 2024).

No entanto, apesar das adversidades, o ativismo digital continua sendo uma potente ferramenta para a retomada dos espaços historicamente negados a essas jovens e mulheres. Isso significa que a ocupação das mídias digitais tem funcionado como caminho de visibilidade dos itinerários individuais e fortalecimento de suas cidadanias, possibilidades que anteriormente só eram viáveis por meio da coletividade (Bosch, 2013).

Desse modo, é importante denunciar que, se as grandes empresas de tecnologia operam com práticas segregatórias visando primordialmente a ampliação do lucro, mesmo que isso signifique a supressão da transparência e ética (Noble, 2018), paradoxalmente, um dos caminhos viáveis para a mudança desse cenário está justamente na transformação dos centros de comando dessas corporações. A virada social e tecnológica só se torna possível com uma mudança nas práticas algorítmicas que reconheça que as mulheres negras têm impulsionado trajetórias virtuais mais ativas e disseminadas por meio da apropriação das tecnologias da informação e comunicação (Lima; Oliveira, 2021). Reconhecer o papel das mulheres negras na transformação do ambiente digital, portanto, não pode ser negligenciado na remodelagem desse espaço, que demanda práticas éticas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

- BAROCAS, Solon; SELBST, Andrew D. Big data's disparate impact. **Calif. L. Rev.**, v. 104, p. 671, 2016. Disponível em: <https://deliverypdf.ssrn.com/delivery.php?ID=875082005085004097071007023110099201805205308705301609206610312408207902511310702603810606311103109809099025099013108068065029018023080043024107080074115127100006028040056880900660881211212708610712411812200100402611912109209808508407408508085103&EXT=pdf&INDEX=TRUE>. Acesso em: 09 abr. 2025.
- BENJAMIN, R. **Race after Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Cambridge and Medford: Polity Press, 2019.
- BENJAMIN, Ruha. **Race after technology: Abolitionist tools for the new Jim code**. John Wiley & Sons, 2019.
- BOSCH, Núria Vergés. **Teorías Feministas de la Tecnología**. Evolución y principales debates. 2013.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Sexismo cotidiano banal e persistente na política brasileira. **Ilha do Desterro**, v. 75, p. 55-73, 2023.
- CAMPANELLA, Bruno. Em busca do reconhecimento midiático: a autorrealização do sujeito na sociedade midiaticizada. In: **E-Compós**. 2019.
- CANEIRO, Sueli. Prefácio. in: RATTIS, Alex. **Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. P. 12.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.
- DIGITAL Brazil 2023. **Datareportal**. [s. l.], 12 fev. 2023. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. Mark Zuckerberg, Tim Cook, Jeff Bezos e Elon Musk comparecem à posse de Trump; veja as fotos. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/zuckerberg-tim-cook-e-jeff-bezos-comparecem-a-posse-de-trump.gh.html>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Caderno de formação política do Círculo Palmarino n.01 Batalha de Ideias. 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 07 fev. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **TERMO DE REFERÊNCIA Projeto Vídeo Polícia Expansão**. Disponível em: https://comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/termo_de_referencia_v1.pdf. 2019. Acesso em: 09 abr. 2025.

GRÄVE, Jan-Frederik. What KPIs are key? Evaluating performance metrics for social media influencers. **Social Media+ Society**, v. 5, n. 3, p. 2056305119865475, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Editora Elefante, 2019.

INSTITUTO ODORA. **Julho das Pretas**. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

KREMER, Bianca; NUNES, Pablo; LIMA, T. G. L. **Racismo algorítmico**. Rio de Janeiro: CESeC, 2023.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia. realizando pesquisa etnográfica online**. Netnografia [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica online; tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Tatiana Melani Tosi, Raúl Ranauro Javales Júnior. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2014.

LIMA, Dulcilei.; OLIVEIRA Taís. Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência. In: Cadernos Pagu. **Dossiê Políticas de Gênero**. (59). 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/KqNnBn6nVKX6nBMZ7cj8VHC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LIMA, Gerbson da Silva.; BLACK, Taciana Lima de Paula; SILVA, Anderson Vicente; SILVA, Kalina Vanderlei. O que há entre o real e o digital nas redes sociais? Análise das representações e etnografia digital de adolescentes pretas e pardas da periferia do Recife no Instagram. **Horizontes Antropológicos (online)**, v. 30, p. 1-32, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/DmdbqTKZgbPbtqcFYcgvMC/?lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2025.

LORDE, Audre. **The Cancer Journals** [1980]. J London: Sheba Feminist, p. 1985, 1997.

MALTA Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. In: **GÊNERO**, Niterói. v.16 | n.2 | p. 55-69 | 1.sem. 2016.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan.-abr. 2006.

ME TOO BRASIL. **Sobre o Me Too Brasil**. Disponível em: <https://metoobrasil.org.br/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

NAKAMURA, Lisa. **Cybertypes: Race, ethnicity, and identity on the Internet**. Routledge, 2013.

NETFLIX (a). **Orange is the new black**. Disponível em: <https://www.netflix.com/search?q=orang&jbv=70242311>. Acesso em: 09 abr. 2025.

NETFLIX (b). **Profiles – manage**. Disponível em: <https://www.netflix.com/profiles/manage>. Acesso em: 09 abr. 2025.

NETFLIX (c). **Profiles – manage**. Disponível em: <https://www.netflix.com/profiles/manage>. Acesso em: 10 jun. 2025.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York, NY: New York University Press, 2018.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York, NY: New York University Press, 2018.

PAZ, Aline Amaral; SILVA, Sandra Rúbia da. Isso não é pornografia de vingança: violência contra meninas e mulheres a partir da explanação de conteúdo íntimo na internet. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 15, n. 3, 2021.

PIRES, Desirée; CASTRO, Amanda Motta. Todo espaço é político: ativismo de mulheres nas redes sociais. **Revista Docência e Cibercultura**, v. 4, n. 2, p. 143-161, 2020.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ROSA, Helaine; ISLAS, Octávio. Contribuições dos blogs e avanços tecnológicos na melhoria da educação. **Blogs. com**, p. 161, 2009.

SAHANA, Viswanath; Anilkumar, K. M. A Systematic Literature Review on Cyberbullying in Social Media: Taxonomy, Detection Approaches, Datasets, And Future Research Directions. **International Journal on Recent and Innovation Trends in Computing and Communication**, [S. l.], v. 11, n. 10, p. 406–430, 2023. DOI: 10.17762/ijritcc.v11i10.8505. Disponível em: <https://ijritcc.org/index.php/ijritcc/article/view/8505>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAMPAIO, Fabiana. 80% das prisões errôneas por reconhecimento facial no RJ são de negros. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencianacional/justica/audio/2022-01/80-das-prisoas-erroneas-por-reconhecimento-facial-no-rj-sao-de-negros>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SANDOVAL, Pablo Ximénez. Alicia Garza, a ativista cuja mensagem nas redes deu origem ao “Black Lives Matter”. El país – Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-11/alicia-garza-uma-ativista-para-o-seculo-digital.html>. Acesso em: 09. abr. 2025.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Céres Marisa Silva dos. La apropiación de las TIC por mujeres brasileñas. FARRERA, Abrahan Mena; PABLOS, Esperanza Tuñón (cord.). **Género y TIC**. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México, Ed. Ecosur, 2018.

SILVA, Tarcízio; BIRHANE, Abeba. (Ed.). In: SILVA, T. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos**. Consultoria Editorial: LiteraRUA – São Paulo, 2020.

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código**, Artigo apresentado no VI Simpósio Internacional Lavits| Assimetrias e (In)visibilidades: Vigilância, Gênero e Raça, Salvador, BA, 26-28. Junho 2019. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

SOBANDE, Francesca. **Black women’s digital diaspora, collectivity, and resistance**. The digital lives of black women in Britain, p. 101-129, 2020.

THE AFRICAN AMERICAN POLICY FORUM. Say Her Name. [s.d], [s.l.]. Disponível em: <https://>

www.aapf.org/sayhername. Acesso em: 09 abr. 2025.

TRINDADE, Luiz Valério de Paula. **It is not that funny**. Critical analysis of racial ideologies embedded in racialized humour discourses on social media in Brazil. 2018. Tese de Doutorado. University of Southampton.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Malê, 2019.

YEE, Nick; BAILENSEN, Jeremy. The Proteus effect: The effect of transformed self- representation on behavior. *Human communication research*, v. 33, n. 3, p. 271-290, 2007.

NOTAS

¹Tradução: “Fannie Lou Hamer é o máximo! As suas práticas políticas, estratégias de combate à pobreza e desenvolvimento econômico comunitário visavam a criação de um novo sistema de libertação negra sustentável. Junte-se a nós para honrar sua vida e legado, lutando pela liberdade contínua que tão justamente merecemos.”